



# Banco Cargill

## Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Aos senhores clientes e à sociedade, Submetemos à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco Cargill"), referente ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2023.

O cenário econômico no segundo semestre de 2023 ainda mostra a economia mundial com taxa de inflação acima das metas e o processo de desinflação nas economias desenvolvidas ocorrendo em um ritmo mais lento, fazendo com que os bancos centrais incidissem em seus discursos que as taxas de juros permaneceriam altas por um período prolongado. Nos EUA, o FED pausou o ciclo de alta na Fed Funds Rate (taxa de 5,5%), indicou que poderia ocorrer um ajuste adicional, pois a dinâmica inflacionária permanece pressionada, mas permaneceu nesse patamar até o final do ano de 2023.

Na Europa, indicadores econômicos tanto da indústria quanto de serviços continuam sinalizando um desempenho fraco. Em seu comunicado, o ECB manteve um discurso duro, demonstrando preocupação com a inflação ainda elevada e persistente e por consequência elevou os juros mais duas vezes no segundo semestre de 2023, chegando ao patamar de 4,5%, e sinalizou que novas altas serão prováveis, dependendo dos indicadores de inflação e atividade.

Na China, o Banco Central reduziu as taxas de juros de curto e médio prazo com o intuito de estimular a economia, também são esperadas pelo mercado a implementação de pacotes de estímulos pelo governo, visando impulsionar a economia, dado que os indicadores estão abaixo das expectativas, principalmente no setor imobiliário que representa uma parcela importante do PIB chinês.

A economia brasileira tem apresentado indicadores compatíveis com o cenário de pouso suave, a política monetária tem sido bem-sucedida em desacelerar a taxa de

inflação sem provocar queda forte da atividade econômica e, em especial, do mercado de trabalho. O COPOM, que vinha mantendo a taxa Selic estável no ano, iniciou o ciclo de corte em agosto com 50 bps na taxa de juros, atingindo no final do ano a taxa de 11,75% a.a., são esperados novos cortes para o início do ano dependendo principalmente da evolução da dinâmica inflacionária e das expectativas de inflação mais longas. No campo fiscal, o arcabouço fiscal foi aprovado na Câmara e Senado com poucas alterações em relação à proposta inicial, também tivemos a aprovação da reforma tributária no mês de dezembro, que simplifica impostos sobre o consumo, prevê a criação de fundos para o desenvolvimento regional e unifica a legislação dos novos tributos.

#### Desempenho

O Banco Cargill encerrou o exercício de 2023 com R\$ 3.136.265 mil em ativos (R\$ 4.007.061 mil em dezembro de 2022), decréscimo de 22% em relação ao apresentado no exercício de 2022 e a carteira de crédito apresentou decréscimo de 28% atingindo R\$ 2.357.085 mil (R\$ 3.263.166 mil em dezembro de 2022). Além disso, encerrou o exercício com lucro de R\$ 68.914 mil (R\$ 68.351 mil em 2022).

#### Governança Corporativa

O Banco Cargill presta serviços e fornece empréstimos a clientes agrícolas, industriais e cooperativas, por meio de um processo de aprovação de crédito ágil, conquistado pelo conhecimento do agronegócio e por seus processos de análises robustos e eficientes.

A administração do Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, especialmente quando se trata de governança e transparência. O Banco Cargill mantém a sua base de crescimento sustentável - estabelecida no conjunto de normas e procedimentos - fortalecida a fim de assegurar o cumprimento das determinações

legais e regulamentares. Além disso, segue as diretrizes, políticas e o Código de Conduta da Cargill, um manual baseado em sete princípios éticos que regem a condução dos negócios da empresa em todo o mundo.

#### Sustentabilidade

O futuro do nosso negócio depende da capacidade de transformação em toda a cadeia produtiva. Assumir um lugar de liderança em alimentação segura, responsável e sustentável passa necessariamente pelo modo como gerenciamos a cadeia de valor e pelos nossos compromissos com o meio ambiente e as comunidades em que atuamos. Entendemos que para atingir o nosso objetivo de ajudar o mundo a prosperar dependemos do engajamento com produtores rurais, comunidades, clientes, ONGs, governos, instituições nacionais e internacionais. Para isso, a Cargill investe em um relacionamento contínuo com esses públicos a fim de contribuir para a contínua evolução da empresa, do setor e do Brasil.

#### Considerações finais

O Banco Cargill não se enquadra no escopo da Resolução CMN nº 4.818/20 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que dispõe sobre a elaboração e divulgação de demonstrações contábeis consolidadas com base no padrão contábil internacional emitido pelo International Accounting Standards Board - IASB. Entretanto, acompanharemos os normativos divulgados pelo Banco Central do Brasil, que visam à redução de assimetrias entre os padrões contábeis brasileiros e internacionais. Gostaríamos de agradecer aos nossos clientes e acionistas pela confiança e credibilidade, assim como aos nossos funcionários, fornecedores e parceiros que tornaram possível tal desempenho.

São Paulo, 27 de março de 2024  
A Administração

### BALANÇOS PATRIMONIAIS em 31 de Dezembro de 2023 e 31 de Dezembro de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

Ativo	Nota	2023	2022	Passivo	Nota	2023	2022
<b>CIRCULANTE</b>		<b>2.275.153</b>	<b>3.298.963</b>	<b>CIRCULANTE</b>		<b>1.354.705</b>	<b>2.401.060</b>
Disponibilidades	4	57.911	53.463	Depósitos e demais instrumentos financeiros		1.328.927	2.396.870
Instrumentos financeiros		2.200.605	3.208.173	Depósitos	9	2.894	1.165
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5a	528.344	524.353	Empréstimos no exterior	10	984.887	1.629.271
Títulos e valores mobiliários	5b	71.315	62.770	Repasses do exterior	11	330.779	766.434
Operações de crédito - setor privado	6a	817.882	1.393.462	Carteira de câmbio	7	10.367	-
Carteira de câmbio	7	783.064	1.227.588	Provisões	12a	987	872
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(6.240)	(17.085)	Outras obrigações		24.791	3.318
Outros créditos, valores e bens		11.709	8.764	Recursos em trânsito de terceiros	19a	18.496	2.423
Negociação e intermediação de valores	5c	-	137	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		3	6
Diversos	8	11.709	8.627	Obrigações fiscais correntes	13b	5.893	884
Ativos fiscais diferidos	12c	11.168	45.648	Negociação e intermediação de valores	5c	145	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>861.112</b>	<b>708.098</b>	Obrigações fiscais diferidas	12b	254	5
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>		<b>860.998</b>	<b>707.984</b>	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>956.607</b>	<b>842.348</b>
Instrumentos financeiros		831.535	680.550	Depósitos e demais instrumentos financeiros		932.190	817.323
Títulos e valores mobiliários	5b	95.422	84.001	Empréstimos no exterior	10	613.313	506.988
Operações de crédito - setor privado	6a	122.815	96.111	Repasses do exterior	11	318.877	310.335
Carteira de câmbio	7	613.298	500.438	Provisões	13a	24.248	24.819
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	6f	(11.252)	(6.351)	Outras obrigações		169	206
Outros créditos, valores e bens		24.637	24.426	Obrigações fiscais diferidas	12b	169	206
Diversos	8	24.637	24.426	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>824.953</b>	<b>763.653</b>
Ativos fiscais diferidos	12c	16.078	9.359	Capital social	15a	824.436	763.394
<b>INVESTIMENTOS INTANGÍVEL</b>		<b>113</b>	<b>113</b>	De domiciliados no país		514.077	486.949
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>3.136.265</b>	<b>4.007.061</b>	Reservas de lucros		310.359	276.445
				Outros resultados abrangentes		517	259
				<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>3.136.265</b>	<b>4.007.061</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Capital realizado		Reservas de lucros		Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
	realizado	Aumento de capital	Legal	Estatutária			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021</b>	<b>408.475</b>	<b>45.722</b>	<b>29.795</b>	<b>220.299</b>	<b>(196)</b>	<b>-</b>	<b>704.095</b>
Aumento de capital	-	32.752	-	-	-	-	32.752
Homologação do aumento de capital	45.722	(45.722)	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5b)	-	-	-	-	455	-	455
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.351	68.351
Reservas	-	-	3.418	64.933	-	(68.351)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(42.000)	-	-	(42.000)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>454.197</b>	<b>32.752</b>	<b>33.213</b>	<b>243.232</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>763.653</b>
<b>SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023</b>	<b>486.949</b>	<b>-</b>	<b>33.213</b>	<b>243.232</b>	<b>535</b>	<b>23.785</b>	<b>787.114</b>
Aumento de capital	-	27.128	-	-	-	-	27.128
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5b)	-	-	-	-	(18)	-	(18)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	45.129	45.129
Reservas	-	-	3.446	65.468	-	(68.914)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>486.949</b>	<b>27.128</b>	<b>36.659</b>	<b>273.700</b>	<b>517</b>	<b>-</b>	<b>824.953</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>454.197</b>	<b>32.752</b>	<b>33.213</b>	<b>243.232</b>	<b>259</b>	<b>-</b>	<b>763.653</b>
Aumento de capital	-	27.128	-	-	-	-	27.128
Homologação do aumento de capital	32.752	(32.752)	-	-	-	-	-
Resultados abrangentes - TVM disponíveis para venda líquido de impostos (nota 5b)	-	-	-	-	258	-	258
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	68.914	68.914
Reservas	-	-	3.446	65.468	-	(68.914)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	(35.000)	-	-	(35.000)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>486.949</b>	<b>27.128</b>	<b>36.659</b>	<b>273.700</b>	<b>517</b>	<b>-</b>	<b>824.953</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

#### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Cargill S.A. ("Banco"), instituição financeira sob a forma de sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, na Avenida Dr. Churci Zaidan, 1.240, 6º Andar, no estado de São Paulo, foi constituído em 17 de agosto de 1999 e autorizado a funcionar pelo Banco Central do Brasil em 10 de fevereiro de 2000, nos termos da regulamentação bancária brasileira. O Banco está autorizado a operar nas carteiras comercial, de investimento, de câmbio. Atuando no segmento financeiro, atendendo pessoas físicas e jurídicas, oferecendo produtos e serviços bancários como empréstimos, financiamentos, soluções contra variação cambial (hedge) e operações de câmbio. O controlador direto do Banco é a Cargill Participações Ltda. e o acionista em última instância do Banco é a Cargill Inc., com sede em Minnesota, Estados Unidos da América.

#### 2. BASE DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do Banco foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e com observância das disposições emanadas da Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações decorrentes da Lei nº 11.638/07 e pela Lei nº 11.941/09, associadas às normas e diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional - CMN e Banco Central do Brasil - BACEN, através do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF e dos pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicáveis. As demonstrações financeiras do Banco foram aprovadas pela Administração na data de 27 de março de 2024.

#### 3. DESCRIÇÃO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) **Apuração do resultado:** O resultado é apurado pelo regime de competência. Os juros contratuais incidentes sobre as operações de aplicação e captação de recursos são apropriados aos resultados em base *pro rata* dia pelos métodos exponencial ou linear, dependendo das condições da contratação. As variações monetárias incidentes sobre as operações indexadas são registradas com base nos índices ou nas cotações a que se vinculam contratualmente. (b) **Caixa e equivalentes de caixa:** Compreende numerário em espécie e depósitos bancários disponíveis, bem como aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e que possuem vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. As aplicações financeiras de curto prazo são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos *pro rata* dia até a data do balanço. (c) **Títulos e valores mobiliários:** Os títulos e valores mobiliários estão avaliados de acordo com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Circular BACEN

nº 3.068/01, e são classificados na categoria de títulos disponíveis para venda, os quais não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento, ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquidos dos efeitos tributários. O valor de mercado dos títulos de renda fixa e títulos de renda variável são apurados de acordo com a cotação de preço de mercado por ocasião dos balancetes mensais e balanços, utilizando-se das cotações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA e pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, respectivamente. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. (d) **Instrumentos financeiros derivativos:** Os instrumentos financeiros derivativos são classificados de acordo com a intenção da Administração, na data do início da operação, levando-se em consideração se sua finalidade é para proteção contra risco ou não. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados para proteger exposições aos riscos ou para modificar as características de ativos e passivos financeiros e que sejam: (i) altamente correlacionados no que se refere às alterações no seu valor de mercado em relação ao valor de mercado do item que estiver sendo protegido, tanto no início quanto ao longo da vida do contrato; e (ii) considerados efetivos na redução do risco associado à exposição a ser protegida, são classificados como *hedge* de acordo com sua natureza: • *Hedge* de risco de mercado - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado reconhecidos no resultado do período. • *Hedge* de fluxo de caixa - Os ativos e passivos financeiros objetos de *hedge* e os respectivos instrumentos financeiros derivativos relacionados são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações do efeito da marcação a mercado, deduzidas dos efeitos tributários, reconhecidas em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Outros resultados abrangentes". Os ganhos ou perdas decorrentes da valorização ou desvalorização são reconhecidos no resultado do período. A parcela não efetiva do *hedge* é reconhecida diretamente no resultado do período. Os instrumentos financeiros derivativos que não atendam aos critérios de *hedge* contábil estabelecidos pelo BACEN, principalmente derivativos utilizados para administrar a exposição global de risco, são contabilizados pelo valor de mercado, com as correspondentes valorizações ou desvalorizações e os ajustes ao valor de mercado, reconhecidos no resultado do período. As posições desses instrumentos financeiros têm seus valores referenciais registrados em contas de compensação e os valores de mercado a receber e a pagar são registrados em contas patrimoniais. A avaliação a valor de mercado dos instrumentos financeiros derivativos é feita descontando-se os valores futuros a valor presente pelas curvas de taxas de juros construídas por metodologia própria, a qual se baseia principalmente em dados

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota	2º semestre		
		2023	2023	2022
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>183.194</b>	<b>219.360</b>	<b>299.688</b>
Operações de crédito	17a	47.551	52.664	81.549
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	17b	44.213	88.339	78.919
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17c	2.973	-	-
Resultado de operações de câmbio	17f	88.457	78.357	139.220
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>(117.035)</b>	<b>(218.956)</b>	<b>(344.824)</b>
Operações de captação no mercado	17d	(719)	(724)	(233)
Operações de empréstimos e repasses	17e	(116.316)	(161.908)	(153.572)
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	17c	-	(56.324)	(191.019)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>		<b>66.159</b>	<b>404</b>	<b>(45.136)</b>
<b>RESULTADO DE PROVISÃO PARA PERDAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO</b>	6f	<b>(1.548)</b>	<b>5.944</b>	<b>(2.277)</b>
<b>OUTRAS RECEITAS/ (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		<b>(11.509)</b>	<b>90.328</b>	<b>137.138</b>
Receitas de prestação de serviços		1.391	2.283	818
Despesas de pessoal	17g	(4.948)	(6.512)	(4.909)
Outras despesas administrativas	17h	(4.913)	(19.928)	(8.075)
Despesas tributárias	17i	(3.094)	(7.617)	(11.222)
Outras receitas operacionais	17j	589	147.602	232.151
Outras despesas operacionais	17k	(534)	(25.500)	(71.625)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>		<b>53.102</b>	<b>96.676</b>	<b>89.725</b>
<b>RESULTADO NÃO OPERACIONAL</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>		<b>53.102</b>	<b>96.676</b>	<b>89.731</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL</b>	12a	<b>(7.973)</b>	<b>(27.762)</b>	<b>(21.380)</b>
Provisão para imposto de renda		-	-	(1.396)
Provisão para contribuição social		-	-	(1.091)
Ativo fiscal diferido		(7.973)	(27.762)	(18.893)
<b>LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>		<b>45.129</b>	<b>68.914</b>	<b>68.351</b>
<b>QUANTIDADE DE AÇÕES DO CAPITAL SOCIAL</b>		<b>514.077.492</b>	<b>514.077.492</b>	<b>486.949.354</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS - R\$1,00</b>		<b>0,09</b>	<b>0,13</b>	<b>0,14</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	Nota	2º semestre		
		2023	2023	2022
<b>LUCRO LÍQUIDO NO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>		<b>45.129</b>	<b>68.914</b>	<b>68.351</b>
<b>Itens que serão reclassificados subsequentemente ao resultado</b>		<b>(18)</b>	<b>258</b>	<b>455</b>
Ajustes de valor a mercado de títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para venda	5b	(33)	469	827
Efeito fiscal	5b	15	(211)	(372)
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>		<b>45.111</b>	<b>69.172</b>	<b>68.806</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA referentes ao semestre findo em 31 de dezembro de 2023 e exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 (Em milhares de reais - R\$)

	2º semestre		
	2023	2023	2022
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(24.815)</b>	<b>16.311</b>	<b>(142.843)</b>
Lucro líquido ajustado	54.650	90.161	92.451
Lucro no semestre/exercícios antes do imposto de renda e contribuição social	53.102	96.676</	



# Banco Cargill

★ continuação

## Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

divulgados pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. Se não houver cotação de preços de mercado, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços e modelos de cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. (e) **Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** As operações de crédito são classificadas de acordo com seu nível de risco e seguindo critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis (de AA a H). As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, são reconhecidas como receita somente quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial, exceto quando são renegociadas e reativadas, no mínimo, no mesmo nível de risco em que estavam classificadas anteriormente. A provisão para perdas associadas ao risco de crédito é considerada adequada pela Administração para cobrir as perdas prováveis e atende aos requisitos mínimos estabelecidos pela Resolução anterior referida. (f) **Outros ativos circulante e realizável a longo prazo:** São demonstrados pelos valores de custo, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos, deduzidos das correspondentes provisões para perdas ou ajustes ao valor de realização. (g) **Investimentos e intangível:** É demonstrado ao valor de custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. (h) **Redução ao valor recuperável de ativos:** Conforme disposto pela Resolução CMN nº 4.924/21 válida a partir de 01 de janeiro de 2022, que aprovaram a adoção do CPC 01 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, os ativos não financeiros são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável, que é reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. (i) **Passivos circulante e não circulante:** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos. (j) **Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que tornou obrigatória a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 25 emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. • **Ativos contingentes - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo.** Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados em notas explicativas. • **Passivos contingentes - São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.** Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação. • **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - São decorrentes de processos judiciais relacionados a obrigações tributárias, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade.** São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com probabilidade provável de saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Quando classificados com probabilidade de perda possível pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas com probabilidade de perda remota não requerem provisão nem divulgação. (k) **Imposto de renda, contribuição social, ativos e passivos fiscais diferidos:** As provisões para imposto de renda e contribuição social são constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda - 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R\$ 20 mensais, e contribuição social - 20% de janeiro de 2022 a julho 2022 e 21% de agosto de 2022 até dezembro de 2022, novamente 20% a partir de janeiro 2023. Os ativos e passivos fiscais diferidos são calculados e registrados conforme legislação vigente. A expectativa de realização dos ativos fiscais diferidos está baseada em projeção de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico aprovado pela Administração do Banco. (l) **Estimativas contábeis:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como a avaliação da realização da carteira de crédito para determinação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito, a avaliação das contingências e obrigações, a apuração das respectivas provisões, a avaliação de perda por redução ao valor recuperável de ativos e a avaliação do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e dos instrumentos financeiros derivativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, poderão apresentar diferenças, devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativas. As principais premissas usadas nas estimativas contábeis estão descritas nas notas 3c, 3d, 3e, 3h e 3j. (m) **Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras do Banco são apresentadas em Reais, que é sua moeda funcional e de apresentação. (n) **Resultado não recorrente:** São classificados como "Resultado não recorrente" aqueles que são: • Oriundos de operações/transações realizadas pelo Banco que não estão diretamente relacionadas às suas atividades típicas; • Relacionados, indiretamente, às atividades típicas do Banco; e • Provenientes das operações/transações que não há previsão de ocorrer com frequência em exercícios futuros. A composição do resultado não recorrente está apresentada na Nota 18 I.

decorrentes dos descalços entre moedas, indexadores e prazos de suas carteiras, assim como posições de arbitragem. A efetividade dos instrumentos de hedge é assegurada pelo equilíbrio das flutuações de preços dos contratos de instrumentos financeiros derivativos e dos valores de mercado dos itens objeto de hedge. (ii) **Objetivos:** O Banco opera com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção contra risco de mercado e arbitragem, que decorrem principalmente das flutuações das taxas de juros e cambial. O gerenciamento das operações com esses instrumentos financeiros derivativos é efetuado com base nas posições consolidadas por moeda. Dessa forma, são acompanhadas as posições de moeda e de taxas subdivididas nos diversos indexadores (pré, dólar, cupom cambial, real e CDI). Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, necessariamente, os de alta liquidez, dando-se prioridade aos contratos futuros da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, os quais são avaliados pelo valor de mercado, por meio dos ajustes diários. (iii) **Estratégias e parâmetros utilizados para o gerenciamento de riscos associados a cada estratégia de atuação no mercado:** Como principais fatores de riscos de mercado a que o Banco está exposto destacam-se os de natureza cambial, de oscilação de taxa de juros local e de cupom cambial. O Banco vem atuando de forma conservadora, de maneira que haja o menor descalço de prazo e volume financeiro possível. O controle de gerenciamento de risco das carteiras é efetuado por meio de relatórios diários contendo posição de VaR, limites operacionais, posições em títulos públicos, exposição ao risco cambial, operações de crédito e posições de derivativos. Com base nessas informações, a mesa de operações financeiras providencia os instrumentos financeiros necessários, de acordo com a política previamente definida pela Administração.

#### (iv) Portfólio de derivativos:

##### • Contratos futuros

Tipo	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Venda DOL	38.952	-	-	-	38.952
Mercado interfinanceiro:					
Venda DI1	100	36.024	71.255	95.141	202.520
	<b>39.052</b>	<b>36.024</b>	<b>71.255</b>	<b>95.141</b>	<b>241.472</b>
Tipo	Valor de Referência				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Moeda estrangeira:					
Compra DOL	21.296	-	-	-	21.296
Mercado interfinanceiro:					
Compra DI1	100	-	-	-	100
Venda DI1	-	9.674	99.270	83.982	192.926
	<b>21.396</b>	<b>9.674</b>	<b>99.270</b>	<b>83.982</b>	<b>214.322</b>

Os contratos de futuros são negociados em Bolsa e registrados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão. O valor do ajuste a pagar em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 145 (ajuste a receber de R\$ 137 em dezembro de 2022), registrado na rubrica Negociação e Intermediação de Valores.

### 6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E PROVISÃO PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO

#### (a) Por tipo de operação

Descrição	Dez/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Adiantamentos sobre contratos de câmbio (nota 7)	1.416.388	60,09	1.773.593	54,35
Financiamentos à exportação	724.400	30,73	1.081.361	33,14
Financiamentos à exportação indireta	212.133	9,00	408.212	12,51
Empréstimos	4.164	0,18	-	-
	<b>2.357.085</b>	<b>100,00</b>	<b>3.263.166</b>	<b>100,00</b>
Operações de crédito - Circulante	817.882	34,70	1.393.462	42,70
Carteira de câmbio - Circulante	788.909	5,21	1.282.185	39,29
Operações de crédito - Longo prazo	122.815	33,47	96.111	2,95
Carteira de câmbio - Longo prazo	627.479	26,62	491.408	15,06

#### (b) Por vencimento

Descrição	Dez/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	-	-	4.437	0,14
A vencer até 3 meses	423.293	17,96	997.343	30,56
A vencer de 3 a 12 meses	1.183.498	50,21	1.673.867	51,30
A vencer de 1 a 3 anos	718.078	30,46	466.294	14,29
A vencer de 3 a 5 anos	12.383	0,53	121.225	3,71
Acima de 5 anos	19.833	0,84	-	-
	<b>2.357.085</b>	<b>100,00</b>	<b>3.263.166</b>	<b>100,00</b>

#### (c) Por setor de atividade

Descrição	Dez/2023		Dez/2022	
	Valor	%	Valor	%
Outros serviços	1.567.896	66,52	1.988.578	60,94
Pessoas físicas	789.189	33,48	1.247.292	38,22
Comércio	-	-	27.296	0,84
	<b>2.357.085</b>	<b>100,00</b>	<b>3.263.166</b>	<b>100,00</b>

(d) **Operações ativas vinculadas:** O Banco opera com operações ativas vinculadas, nos termos da Resolução CMN nº 2.921/02. Estas operações geram ao Banco um ganho de até 0,25% sobre o valor liberado em cada operação ativa vinculada. Em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022, a carteira de operações vinculadas era composta dos seguintes valores:

Descrição	Dez/2023		Dez/2022	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.416.388	-	35.737	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação	478.249	-	-	(11.978)
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	212.133	-	-	(5.940)
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.386.067	-	(34.445)
Repasses do exterior	-	478.197	12.250	-
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	-	212.133	6.263	-
	<b>2.106.770</b>	<b>2.076.397</b>	<b>54.250</b>	<b>(52.363)</b>
Descrição	Dez/2022		Dez/2022	
	Ativos vinculados	Recursos vinculados	Receita	Despesa
Operações de crédito - Adiantamento sobre contratos de câmbio	1.773.593	-	91.417	-
Operações de crédito - Empréstimos	892.256	-	23.058	-
Operações de crédito - Financiamentos à exportação indireta	408.212	-	-	(2.132)
Empréstimos no exterior - Exportação	-	1.728.047	-	(86.461)
Empréstimos no exterior - à exportação indireta	-	408.212	786	-
Repasses do exterior	-	892.161	-	(20.990)
	<b>3.074.061</b>	<b>3.028.420</b>	<b>115.261</b>	<b>(109.583)</b>

#### (e) Por nível de risco e provisionamento

Nível	Dez/2023			
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	Valor da Provisão
AA	1.482.889	1.482.889	2.965.778	62,91
A	702.808	702.808	1.405.616	29,82
B	83.188	83.188	166.376	3,53
C	75.416	75.416	150.832	3,20
E	2.714	2.714	5.428	0,11
H	10.070	10.070	20.140	0,43
	<b>2.357.085</b>	<b>2.357.085</b>	<b>4.714.170</b>	<b>100,00</b>
Nível	Dez/2022			
	Parcelas a vencer	Parcelas vencidas	Total	Valor da Provisão
AA	1.917.124	-	1.917.124	58,75
A	1.082.879	-	1.082.879	33,18
B	153.891	-	153.891	4,72
C	92.547	-	92.547	2,84
E	4.312	-	4.312	0,13
H	7.976	4.437	12.413	0,38
	<b>3.258.729</b>	<b>4.437</b>	<b>3.263.166</b>	<b>100,00</b>

#### (f) Movimentação da provisão para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Saldo inicial	23.436	106.196
Constituição	13.107	19.544
Reversão	(19.051)	(17.267)
Baixa para prejuízo	-	(85.037)
Saldo final	<b>17.492</b>	<b>23.436</b>
Operações de crédito - Circulante	6.240	15.974
Operações de crédito - Longo prazo	11.252	6.351
Outros créditos - Circulante	-	1.111

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foram recuperados R\$ 8.371 de créditos baixados para prejuízo (R\$ 1.572 em dezembro de 2022), e renegociados R\$ 13.029 (não havia renegociação de créditos em dezembro de 2022).

### 7. CARTEIRA DE CÂMBIO

Descrição	Dez/2023	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.335.448	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	60.914	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.365.841
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.355.474)
	<b>1.396.362</b>	<b>10.367</b>
Circulante	783.064	10.367
Longo prazo	613.298	-
Descrição	Dez/2022	
	Ativos	Passivos
Câmbio comprado a liquidar	1.681.617	-
Rendas a receber de adiantamentos concedidos	46.409	-
Obrigações por compra de câmbio	-	1.727.184
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	-	(1.727.184)
	<b>1.728.026</b>	<b>-</b>
Circulante	1.227.588	-
Longo prazo	500.438	-

### 8. OUTROS CRÉDITOS, VALORES E BENS

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Devedores por depósitos em garantia (nota 14a)	24.248	24.248
Impostos e contribuições a compensar	11.603	8.573
Créditos Vinculados - Banco Central	294	57
Adiantamento e antecipações salariais	8	16
Outros	193	159
	<b>36.346</b>	<b>33.053</b>
Circulante	11.709	8.627
Longo prazo	24.637	24.426

### 9. DEPÓSITOS

Segmento de mercado	Dez/2023		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Indústria, comércio e serviços	585	1.238	1.823
Pessoas físicas	1.059	-	1.059
Sociedades ligadas	12	-	12
	<b>1.656</b>	<b>1.238</b>	<b>2.894</b>
Segmento de mercado	Dez/2022		
	Depósitos à vista	Depósitos a prazo até 90 dias	Total
Pessoas físicas	-	990	990
Indústria, comércio e serviços	-	173	173
Sociedades ligadas	-	2	2
	-	<b>1.165</b>	<b>1.165</b>

### 10. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	279.216	329.034	164.504	613.313	1.386.067
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	20.801	185.732	5.600	-	212.133
	<b>300.017</b>	<b>514.766</b>	<b>170.104</b>	<b>613.313</b>	<b>1.598.200</b>
Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Empréstimos no exterior - Exportação	822.208	16.288	382.563	506.988	1.728.047
Empréstimos do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	-	340.628	67.584	-	408.212
	<b>822.208</b>	<b>356.916</b>	<b>450.147</b>	<b>506.988</b>	<b>2.136.259</b>

Obrigações por empréstimos no exterior referem-se a captações com variação cambial do dólar e taxas de juros de 4,5% a.a. a 11,43% a.a. (3% a.a. a 9,25% a.a. em dezembro de 2022).

### 11. OBRIGAÇÕES POR REPASSES DO EXTERIOR

Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2023				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasses do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	24.972	248.884	54.910	149.431	478.197
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10	-	2.013	-	169.446	171.459
	<b>24.972</b>	<b>250.897</b>	<b>54.910</b>	<b>318.877</b>	<b>649.656</b>
Obrigações em moeda estrangeira	Dez/2022				
	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 2.921/02	96.903	467.891	199.651	127.716	892.161
Repasse do exterior - Resolução CMN nº 3.844/10</					



# Banco Cargill

★ continuação

## Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

#### (c) Ativo fiscal diferido:

##### • Natureza e origem dos créditos tributários

Prejuízo Fiscal	31/12/2022	Constituição	Reversão	31/12/2023
Previsões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	10.545	251.337	(254.011)	7.871
Operações de Prejuízo	37.960	-	(37.960)	-
Provisão para riscos fiscais, obrigações legais e contingências	6.318	334	(590)	6.062
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	184	3.729	(3.527)	386
<b>Total dos créditos registrados</b>	<b>55.007</b>	<b>268.327</b>	<b>(296.088)</b>	<b>27.246</b>

##### • Expectativa e realização dos créditos tributários

Ano	IRPJ	CSLL	Total
Até 1 ano	6.430	4.738	11.168
Até 2 anos	3.159	2.283	5.442
Até 3 anos	24	19	43
Até 5 anos	2.517	2.014	4.531
Acima de 5 anos	6.062	-	6.062
<b>Total</b>	<b>18.192</b>	<b>9.054</b>	<b>27.246</b>

##### • Valor presente dos créditos tributários

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 18.750 (R\$ 44.176 em dezembro de 2022), calculado de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias e dos prejuízos fiscais trazido a valor presente pela taxa SELIC.

#### 13. OUTRAS OBRIGAÇÕES

##### (a) Provisões

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Provisão para contingências (nota 14a)	24.248	24.819
Despesas de pessoal	298	297
Auditoria Externa (1)	242	175
Outros	447	400
	<b>25.235</b>	<b>25.691</b>

Circulante 987 872  
Não circulante 24.248 24.819

(1) Os honorários de auditoria sobre as demonstrações contábeis totalizam R\$ 461 para o exercício de 2023

##### (b) Obrigações fiscais correntes

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Impostos e contribuições a recolher	5.301	-
COFINS	356	575
Impostos e contribuições sobre salários	128	122
PIS/PASEP	58	94
Imposto Sobre Serviços - ISS	38	41
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	12	51
Outros	-	1
	<b>5.893</b>	<b>884</b>

#### 14. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

##### (a) Provisões constituídas e respectivas movimentações de dezembro de 2023 e dezembro de 2022

A avaliação para constituição de provisões é efetuada conforme critérios descritos na nota 3j.

Descrição	Dez/2023	Dez/2022
Saldo da provisão no início do exercício	24.819	24.376
Adição	-	443
Reversão	(571)	-
Saldo da provisão no fim do exercício	<b>24.248</b>	<b>24.819</b>

Os valores de provisão de natureza cível, fiscal e respectivos depósitos judiciais são demonstrados como segue:

Descrição	Valores provisionados		Depósitos judiciais	
	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022
PIS	3.237	3.237	3.237	3.237
COFINS	19.955	19.955	19.955	19.955
FGTS	246	246	246	246
INSS	810	810	810	810
CÍVEIS	-	571	-	-
	<b>24.248</b>	<b>24.819</b>	<b>24.248</b>	<b>24.248</b>

O Banco questiona a base de cálculo da contribuição ao PIS e da COFINS, solicitando que seu recolhimento se dê nos moldes da Lei nº 9.715/98 e Lei Complementar nº 70/91 e não nos moldes da Lei nº 9.718/98, desde a data-base julho de 2005.

Os valores relativos à diferença entre as bases de cálculo estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2023 as provisões totalizaram R\$ 23.192 (R\$ 23.192 em dezembro 2022). O Banco questiona também a incidência da contribuição ao INSS e FGTS sobre determinadas remunerações. Os valores questionados estão depositados judicialmente, bem como provisionados. Em 31 de dezembro de 2023 as provisões totalizaram R\$ 1.056 (R\$ 1.056 em dezembro 2022).

(b) Contingências possíveis: Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis que totalizam R\$ 88.178 (R\$ 80.833 em dezembro 2022) são monitorados pelo Banco e estão baseados nos pareceres dos assessores jurídicos em relação a cada uma das medidas judiciais e processos administrativos. Desta forma, seguindo as normas vigentes, as contingências classificadas como perdas possíveis não estão reconhecidas contabilmente, sendo compostas, principalmente, pela seguinte questão: • PIS/COFINS Lei nº 9.718/98 - autos de infração lavrados para cobrança da contribuição ao PIS e à COFINS, incidente nos moldes da Lei nº 9.718/98, relativamente ao período compreendido entre maio de 2000 e dezembro de 2003, no valor total de R\$ 16.330 (R\$ 15.381 em dezembro 2022). • Tributos com Exigibilidade Suspensa - Autos de infração lavrados em razão da dedução de tributos com a exigibilidade suspensa da Base de Cálculo da Contribuição Social sobre Lucro Líquido nos anos de 2006 a 2014, no montante de R\$ 11.786 (R\$ 10.931 em dezembro 2022). • Juros sobre Capital Próprio - Autos de infração lavrado em razão da cobrança de IRPJ e CSLL sobre o Juros de Capital Próprio (JCP) distribuído em 2015 referente a anos anteriores (2012 a 2014), no montante de R\$ 59.943 (R\$ 54.521 em dezembro 2022).

#### 15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social: O capital social, subscrito, está representado por 514.077.492 ações ordinárias nominativas, no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma (486.949.354 em dezembro de 2022). Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 13 de outubro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 51 com emissão de 51.007 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2021 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 45.671 com emissão de 45.671.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 8 de fevereiro de 2022. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 29 de dezembro de 2022 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 32.752 com emissão de 32.752.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma, homologado pelo Banco Central em 21 de março de 2023. Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023 foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 27.128 com emissão de 27.128.000 ações ordinárias nominativas, no valor de R\$ 1,00 cada uma. (b) Remuneração dos acionistas: Conforme estatuto social, aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo correspondente a 1% (um por cento) do lucro líquido do exercício ajustado pelas devidas deduções previstas no artigo 189 da Lei nº 6.404/76. (c) Juros sobre o capital próprio: Conforme Assembleia Geral Extraordinária de 28 de dezembro de 2023, de acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, foram provisionados e declarados juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 35.000 (R\$ 42.000 em dezembro de 2022), reduzindo o encargo de imposto de renda e contribuição social em R\$ 16.100 (R\$ 19.320 em dezembro de 2022). Nos termos do §7º do Art. 9º da Lei nº 9.249, as acionistas consignam que o valor líquido de JCP será imputado ao valor dos dividendos obrigatórios de que trata o Art. 202 da Lei das S.A. (d) Reserva legal: Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos. (e) Reserva estatutária: O saldo remanescente de lucros acumulados ao final de cada exercício, após a constituição de todas as reservas obrigatórias e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, deverá ser integralmente destinado a reserva estatutária.

#### 16. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

O Banco manteve operações com as seguintes partes relacionadas, sendo todas Coligadas: • Depósitos à vista: - Cargill Prolease Locação de Bens Ltda.; - SJC Bioenergia S.A.; • Obrigações por empréstimos: - Cargill Financial Services International Inc. • Obrigações por repasses do exterior: - Cargill Financial Services International Inc. • Valores a pagar/serviços técnicos especializados: - Cargill Agrícola S.A. Os valores apurados foram:

Descrição	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)	
	Dez/2023	Dez/2022	Dez/2023	Dez/2022
Obrigações por empréstimos	(1.598.200)	(2.136.259)	(118.594)	(105.819)
Obrigações por repasses do exterior	(649.656)	(1.076.769)	(43.314)	(47.753)
Valores a pagar/serviços técnicos	(161)	(70)	(639)	(640)
Depósitos à vista	(12)	(2)	-	-

#### 17. DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO

##### (a) Operações de crédito

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Rendas de financiamentos a exportação	41.594	43.566	79.977
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	5.500	8.371	1.572
Rendas de empréstimos	457	727	-
	<b>47.551</b>	<b>52.664</b>	<b>81.549</b>

##### (b) Resultado de operações com títulos e valores mobiliários

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Aplicações interfinanceiras de liquidez	34.254	68.840	63.194
Títulos de renda fixa	9.959	19.499	15.725
	<b>44.213</b>	<b>88.339</b>	<b>78.919</b>

##### (c) Resultado com instrumentos financeiros derivativos

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Contratos futuros	(1.979)	(8.018)	(14.173)
Outros Derivativos	(4.486)	-	1.303
Contratos de operações a termo	9.438	(48.306)	(178.149)
	<b>2.973</b>	<b>(56.324)</b>	<b>(191.019)</b>

##### (d) Despesas Operações de captação no mercado

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Depósito a prazo - CDB	700	700	-
Fundo Garantidor de Crédito - FGC	19	24	5
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	-	-	228
	<b>719</b>	<b>724</b>	<b>233</b>

##### (e) Despesas Operações de empréstimos e repasses

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Despesas com obrigações de empréstimo no exterior	90.412	118.594	105.819
Despesas com repasses do exterior	25.904	43.314	47.753
	<b>116.316</b>	<b>161.908</b>	<b>153.572</b>

##### (f) Resultado de operações de câmbio

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Resultado de operações de câmbio	65.517	99.967	86.435
Resultado com prêmios sobre interbancário	10.616	25.728	81.289
Resultado com variação cambial	5.733	(55.511)	(36.604)
Outros	6.591	8.173	8.100
	<b>88.457</b>	<b>78.357</b>	<b>139.220</b>

##### (g) Despesas de pessoal

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Proventos	3.511	4.527	3.361
Encargos sociais	1.309	1.726	1.306
Benefícios	120	234	223
Outros	8	25	19
	<b>4.948</b>	<b>6.512</b>	<b>4.909</b>

##### (h) Outras despesas administrativas

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Serviços técnicos especializados	2.486	13.789	2.729
Processamento de dados	1.671	3.112	3.054
Contribuições e doações	-	1.282	204
Emolumentos judiciais e cartórios	172	592	806
Serviços do sistema financeiro	137	295	424
Contribuição entidades de classe	154	293	286
Aluguel	97	195	176
Despesa com arrendamento de bens	75	154	192
Viagens	70	96	79
Publicações	31	57	74
Outros	20	63	51
	<b>4.913</b>	<b>19.928</b>	<b>8.075</b>

##### (i) Despesas tributárias

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Contribuição à COFINS	2.507	6.183	9.382
Contribuição ao PIS	410	1.010	1.529
ISS	98	173	85
CIDE	56	117	88
Outros	23	134	138
	<b>3.094</b>	<b>7.617</b>	<b>11.222</b>

##### (j) Outras receitas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Variação cambial positiva proveniente de operações passivas	-	145.986	232.107
Reversão de provisões operacionais	589	1.616	44
	<b>589</b>	<b>147.602</b>	<b>232.151</b>

##### (k) Outras despesas operacionais

Descrição	2º semestre	Dez/2023	Dez/2022
Variação cambial negativa proveniente de operações ativas	-	24.403	70.340
Despesas de comissões	473	856	610
Despesas de processos judiciais - processos cíveis	-	100	-
Despesas de processos judiciais - cobrança operações de crédito	27	39	3
Monitoramento de Lavoura	11	11	191
Outros	23	91	481
	<b>534</b>	<b>25.500</b>	<b>71.625</b>

##### (l) Resultado não recorrente

Descrição	Dez/2022
Lucro líquido do semestre/exercício	68.351
Majoração da alíquota da contribuição social 1% (2022)	58
Lucro líquido recorrente	<b>68.409</b>

Não houve resultado não recorrente em 31 de dezembro de 2023.

#### 18. GERENCIAMENTO INTEGRADO DE RISCOS E DE CAPITAL

##### (a) Governança corporativa

O Banco Cargill adota as melhores práticas de mercado, principalmente em termos de governança corporativa e transparência. O Banco está estruturado visando o crescimento sustentável, tendo como base um conjunto de controles internos, normas e procedimentos que asseguram o cumprimento das determinações legais e regulamentares, bem como suas políticas internas. O processo de gerenciamento de riscos no Banco Cargill visa identificar, medir e monitorar os riscos inerentes às operações e às atividades do banco, bem como estabelecer políticas, procedimentos e metodologias de gestão e controle alinhados às estratégias e ao Appetite de Risco (RAS - Risk Appetite Statement) definido pelo Banco Cargill. O Banco Cargill possui estrutura e políticas definidas para o gerenciamento de riscos e de capital, revisadas no mínimo anualmente e aprovadas pela diretoria. Essa estrutura tem como objetivo prover um sistema de controles estruturado, em consonância com o perfil operacional do Banco Cargill, visando auxiliar em decisões estratégicas e assegurar o contínuo funcionamento das atividades. A estrutura de riscos conta com o envolvimento da Diretoria do Banco Cargill. A diretoria colegiada representa um papel relevante na revisão, proposição de políticas e práticas de gestão de riscos. A estrutura de gerenciamento de riscos conta com divisões subordinadas às diretorias para monitoramento e análise de risco, apuração e acompanhamento do capital mínimo regulamentar segundo regras estabelecidas pelo BACEN. O Banco Cargill possui uma Política de Anticorrupção e Conduta que foi elaborado como um instrumento de conduta e compliance, este código é um complemento ao Manual de Princípios Éticos da Cargill (Guide Principles). A Política enfatiza que estar em Compliance é um dever de todos os funcionários e visa fortalecer o comportamento de todos os funcionários, de acordo com o Manual de Princípios Éticos da Cargill, com as expectativas dos clientes, com as melhores práticas de mercado e com as exigências legais e fiscalizadoras. A Política apresenta conceitos e regras que se aplicam para todos os funcionários, sendo estes desde trabalhadores em tempo parcial, estagiários, terceirizados até a diretoria do Banco. É indispensável que todos os

funcionários ajam de acordo com as obrigações legais e fiscalizadoras, mesmo quando estas não forem mencionadas no Código. Nesse contexto, fica bem claro que a imagem do Banco é projetada por meio de cada um de seus funcionários e de suas atividades diárias, qualquer que seja o tipo de trabalho desenvolvido. Dessa forma, todos têm uma responsabilidade especial perante a opinião pública, junto aos clientes, fornecedores e, também, aos colegas de trabalho. Ainda, faz parte da obrigação de toda a diretoria e da gerência assegurar de que isto esteja acontecendo. A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco Cargill, contempla pontos de controles internos/compliance que descrevemos abaixo: I. Diretoria - designação de diretor responsável para o gerenciamento de riscos. II. Políticas - Gerenciamento Integrado de Riscos Operacional, Gerenciamento de Capital, Planejamento Estratégico e RAS. III. Monitoramentos que auxiliam as diversas áreas a controlar os processos e verificar limites de atuação. Todos os monitoramentos de controles internos e gestão de riscos ficam à disposição das auditorias internas e externas e aos órgãos reguladores. A diretoria também é responsável pelo acompanhamento de possíveis descumprimentos das normas internas e códigos de ética e quando cabível pela tomada de decisões reparatórias. (b) Risco de crédito: O perfil de risco de crédito do Banco prioriza os clientes com relacionamento comercial recorrente e de longo prazo junto ao Grupo Cargill. Seu efetivo gerenciamento é feito por um conjunto de áreas, tendo como base a política de crédito e, os procedimentos desenvolvidos para estabelecer e monitorar limites operacionais e de riscos, através da identificação, mensuração, mitigação e monitoramento da exposição de risco de crédito. A gestão dos riscos de crédito no Banco envolve o conhecimento prévio e profundo do cliente, a coleta de documentação e de informações necessárias para a análise completa do risco envolvido na operação, a classificação do grau de risco, a concessão do crédito, as avaliações periódicas dos níveis de risco, a determinação das garantias e dos níveis de provisões necessárias. Também são levados em consideração os aspectos macroeconômicos e as condições de mercado, a concentração setorial e geográfica, o perfil dos clientes, seus históricos de desempenho junto ao Grupo Cargill e as perspectivas econômicas. (c) Risco de mercado: O risco de mercado é a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira. Na definição de risco de mercado incluem-se os riscos das operações sujeitas à variação cambial, taxas de juros, preços de ações e preços de mercadorias. Apenas os riscos de variação cambial e taxas de juros são riscos inerentes às operações do Banco. A política e os procedimentos adotados pelo Banco possuem um sistema de controles estruturados, em consonância com seu perfil operacional, periodicamente reavaliado, conforme determina a Resolução CMN nº 4.557/17 e Resolução CMN nº 4.943/21, visando a otimizar a relação risco-retorno com o uso de ferramentas adequadas e com o envolvimento da diretoria. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado é independente e, subordinada à Diretoria e está composta pela gerência de risco de mercado e pelo comitê de gerenciamento de riscos. (d) Risco operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas ou de eventos externos. O Banco, como parte da filosofia do Grupo Cargill, tem rigorosos padrões de controles internos a fim de minimizar, cada vez mais, os riscos inerentes às suas atividades. Na busca contínua pela eficácia de seus controles internos, o Banco possui uma estrutura específica e independente com normas, metodologias e ferramentas que permitem a gestão e o controle dos riscos operacionais, dos inerentes à sua atividade e de continuidade dos negócios. Os procedimentos de gerenciamento do risco operacional incluem o mapeamento das atividades, a identificação dos riscos, a definição dos controles chave e da adequação dos riscos residuais, testes periódicos para aferição da adequação dos controles chave, a definição de plano de ação corretivo para deficiências identificadas e o monitoramento da implementação de ações corretivas, somado aos trabalhos desempenhados pelo plano de auditoria interna independente. O Banco optou pela "Abordagem do Indicador Básico" para cálculo da parcela do patrimônio de referência exigido referente ao risco operacional estabelecido pelas Resoluções CMN nº 4.955/21, Resolução CMN nº 4.958/21, Circular BACEN nº 3.675/13 e Circular BACEN nº 3.754/15. (e) Risco de liquidez: O risco de liquidez é a possibilidade de uma instituição não ser capaz de honrar suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas e de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado. O gerenciamento do risco de liquidez contempla o processamento diário da liquidez,

Cargill

Banco Cargill

★ continuação

Banco Cargill S.A.

CNPJ nº 03.609.817/0001-50

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e semestre findo em 31 de dezembro de 2023 (Em milhares de reais - R\$)

#### (II) Taxa de juros

	Cenários		Cenários	
	Dez/2023		Dez/2022	
	Exposição	DV/100	Exposição	DV/100
Exposição patrimonial	778.273	(164)	749.578	(180)
DI Futuro	(202.420)	(130)	(192.926)	(169)
	<b>575.853</b>	<b>(294)</b>	<b>556.652</b>	<b>(349)</b>

Utiliza como método a aplicação de choques paralelos nas curvas de juros dos fatores de risco mais relevantes da carteira do Banco, como por exemplo a curva PréXDI. Tal método tem como objetivo simular os efeitos na marcação a mercado das carteiras do Banco diante de cenários eventuais, os quais consideram possíveis oscilações nas taxas de juros praticadas pelo mercado. Para análise de sensibilidade das operações com risco de taxa de juros aplicamos choques de 100 bps (pontos-base) para mais e para menos nas exposições existentes em 31 de dezembro de 2023 e de 31 de dezembro de 2022 e reportamos o cenário que apresenta perda de valor econômico.

#### 19. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) **Recursos em trânsito de terceiros:** O valor registrado de R\$ 18.496 em dezembro de 2023 (R\$ 2.423 em dezembro de 2022) refere-se na sua totalidade às ordens de pagamento em moedas estrangeiras.

#### DIRETOR PRESIDENTE

Paulo Humberto Alves de Sousa

(b) **Benefícios a empregados:** (i) **Fundo de Pensão:** O Banco, em conjunto com outras empresas do Grupo Cargill, é patrocinadora de plano de aposentadoria complementar administrado pela CargillPrev Sociedade de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos. São mantidos dois planos, sendo: um plano parte contribuição definida e parte benefício definido e um plano integralmente de contribuição definida. Estes planos têm por finalidade principal a concessão de benefícios de pecúlio e/ou renda suplementares ou assemelhados da Previdência Social para funcionários, diretores e seus beneficiários das empresas patrocinadoras. Os custos, as contribuições e o passivo atuarial são determinados anualmente, com base em avaliação realizada por atuários independentes. (ii) **Planos de Saúde:** O Grupo oferece a seus colaboradores planos de saúde compatíveis com o mercado, onde a Companhia e suas controladas são copatrocinadoras do plano e seus colaboradores contribuem com uma parcela fixa mensal ou com coparticipação, podendo ser estendido a seus cônjuges e dependentes mediante contribuições adicionais. (c) **Acordo de compensação:** O Banco possui acordo para a compensação e liquidação de obrigações no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, em conformidade com a Resolução CMN nº 3.263/05, firmado junto a outras instituições financeiras visando a obter maior garantia de liquidação das operações efetuadas em contrapartida a essas instituições.

#### 20. OUTROS ASSUNTOS

**Plano de implementação da Resolução CMN nº 4.966/21.** A Resolução CMN nº 4.966/21, estabelece os conceitos e critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de hedge). O Plano de Implementação da Resolução CMN nº 4.966/21 foi aprovado pela Administração em 7 de junho de 2022 e está estruturado com o objetivo de avaliar impactos normativos e de processo, definir aspectos de governança e identificar aspectos sistêmicos. Em dezembro de 2023 o Banco finalizou a fase de diagnóstico que avaliou todos os impactos sistêmicos e vai direcionar a fase de implementação que teve início em janeiro de 2024. A fase de implementação que ocorrerá ao longo do ano 2024 cobre principalmente a revisão de políticas, modelo de perda esperada e fluxo do processo das operações de crédito. Durante essa fase, os sistemas que processam as operações do Banco serão avaliados e adequados para as novas exigências da norma. A Administração entende que o plano de implementação será concluído até a data de entrada em vigor da norma, em 1º de janeiro de 2025.

#### 21. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não houve eventos subsequentes que ocasionaram ajustes ou divulgações para demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

#### CONTADOR

Marcelo Pongeluppi  
CRC 1SP212314/O-4

#### DIRETORES

Alvaro Luiz de Rezende Puech  
Marina Haidar Chede Carton

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos acionistas e aos administradores do Banco Cargill S.A. - São Paulo - SP.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Cargill S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Cargill S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da

Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é

maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de março de 2024

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP-027685/O-0 F SPLuciana Liberal Samia  
Contadora - CRC 1SP198502/O-8

## Contas públicas Renegociação de dívidas

# Analistas veem falha em projeto para Estados

**Para especialistas, o refinanciamento de débitos dos Estados que investirem em educação não atua no controle de gastos**

LUIZ GUILHERME GERBELLI

A proposta apresentada pelo Ministério da Fazenda para aliviar as contas dos Estados não cria os incentivos necessários para que os governadores adotem medidas estruturais para resolver o dilema das contas públicas locais, de acordo com analistas consultados pelo **Estadão**.

Na terça-feira, a pasta apresentou um programa para refinar as dívidas dos Estados com o governo federal mediante o compromisso de investimentos no ensino médio técnico (EMT).

"É um tipo de saída muito complicada, porque não dá os incentivos corretos para os Estados reformarem o que precisam reformar, de ter uma agenda pelo lado dos gastos, de li-

dar com a rigidez dos gastos", afirma Alessandra Ribeiro, economista e sócia da consultoria Tendências.

Batizado de Juros por Educação, o programa marca mais um capítulo nas várias vezes em que a União foi acionada pelos governadores para mitigar os problemas das contas públicas estaduais.

**Desafio**  
**Para economista do Santander, desafio é fazer ajuste para não ter problema mais à frente**

"Independentemente do mérito que é o gasto com educação, já é um modelo que admite que os Estados não vão se ajustar, porque vai se dar um alívio para gastar mais", diz Marcos Mendes, pesquisador associado do Insper.

Outro ponto levantado pelos especialistas é que o Brasil já tem um gasto elevado com educação. "O Brasil até gasta mais do que a média da OCDE (*Orga-*

*nização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico*)", diz Alessandra. O programa foi apresentado pelo ministro da Fazenda, Fernando Haddad, a governadores do Sul e do Sudeste, que elogiaram a proposta.

Hoje, as dívidas dos Estados com a União são corrigidas pela Selic (a taxa básica de juros da economia) ou pela inflação mais 4%. Pelo novo programa, para os Estados que aplicarem ao menos 50% da economia proporcionada pela redução dos juros na ampliação de matrículas a taxa de juros será o IPCA mais 3% ao ano. Para os que aplicarem ao menos 75%, a taxa cai para o IPCA mais 2,5% ao ano. Por fim, para os que aplicarem 100%, a taxa cai para o IPCA mais 2%.

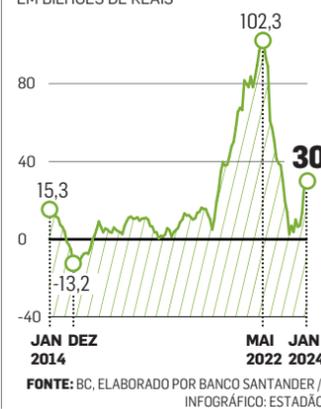
O governo estabeleceu um cronograma de 60 dias para chegar a um acordo com os Estados sobre a proposta, que também precisará passar pelo aval do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

**MUDANÇA DE CENÁRIO.** Em 2015 e 2016, na esteira da reces-

## CONTAS DOS ESTADOS

### Resultado primário acumulado em 12 meses

EM BILHÕES DE REAIS



FONTE: BC, ELABORADO POR BANCO SANTANDER / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

são enfrentada pelo País, muitos Estados deixaram de pagar servidores e ficaram sem recursos para concluir obras públicas. Nos últimos anos, no entanto, o quadro melhorou. Na pandemia, as transferências de recursos foram robustas e houve o congelamento de salários dos servidores. Ao mesmo tempo, os Estados se beneficia-

ram de uma recuperação mais rápida da atividade econômica e pelo aumento dos preços das commodities no cenário internacional.

Em maio de 2022, diante dessa conjuntura favorável, o superávit primário dos Estados chegou a R\$ 102,3 bilhões, ou a 1,1% do PIB, de acordo com números do Banco Central compilados pelo Santander.

Os números mais recentes, no entanto, mostram um cenário bem diferente. Em janeiro deste ano, o superávit dos Estados recuou para R\$ 30 bilhões, o que equivale a 0,2% do PIB.

"Os Estados aumentaram os gastos e os investimentos. Houve avanço nas reformas estruturantes ao longo dos últimos anos - com aprovação das reformas da previdência e administrativa. Mas alguns precisavam continuar nesse caminho", afirma Ítalo Franca, economista do banco Santander. "O grande desafio é ter um ajuste mais estrutural para não ter problema mais à frente." ● COLABORARAM FERNANDA TRISOTTO/SÃO PAULO e GABRIEL HIRABAHASI/BRASÍLIA